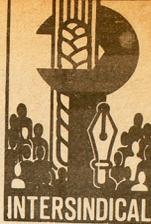


PELA UNICIDADE SINDICAL O POVO COM O M.F.A.



CGTP - IN
CENTRO DE
DOCUMENTAÇÃO
51370
N.º
UNIDADE NACIONAL
DE APOIO
DOS TRABALHADORES

MANIFESTAÇÃO EM TORNO DO PAÍS

**QUE SE
O QUE SE
A LUTA
DE
CLASSES**

DIARIAMENTE os jornais, a rádio, a televisão trazem-nos as notícias do País e do mundo. E mesmo se por vezes alguns têm a arte de complicar aquilo que é simples, lemos, ouvimos ou vemos uma intensidão de notícias sobre manifestações, greves, amarrações por parte de certos Governos, golpes de Estado etc.

O que se passa na realidade? A resposta não é difícil: LUTA-SE LUTA-SE por melhores salários, contra os despedimentos, contra as propensões patronais, contra a sabotagem económica, LUTA-SE para que algo mude: LUTA-SE, para que os benefícios da sociedade e do trabalho venham para aqueles que, realmente, pela força do seu braço e da sua inteligência, tudo produzem: os trabalhadores.

Também o sindicato nasceu desta realidade concreta. Nasceu a partir do momento em que os trabalhadores compreenderam que não poderiam DEFENDER-SE DESORGANIZADOS, DISPERSOS, DESUNIDOS, FACE ÀQUELE QUE OS EXPLORA — O CAPITAL.

A sociedade em que vivemos é uma sociedade de classes. De um lado a im-

Continua na pág. 6

A Intersindical Nacional, atenta a monobras que tendem a entravar o avanço do processo de democratização no sentido duma defesa real e efectiva dos interesses das classes trabalhadoras, que são os da grande maioria do Povo Português, acaba de convocar uma grande manifestação para Lisboa, terça-feira, dia 14, às 19 horas, e, no mesmo dia e à mesma hora, em várias partes do distrito. O sentido desta manifestação é reafirmar, uma vez mais, e mais encarecido, a vontade expressa pelas classes trabalhadoras na luta pela consagração na lei da unidade e unicidade sindical, única forma de defender os interesses da classe trabalhadora e reforçar a luta contra os monopólios, contra os latifundiários, contra os despedimentos e contra os sabotadores económicos. Em cerca de 500 reuniões realizadas em todo o País mais de um milhão de trabalhadores participaram na discussão do projecto de Lei sindical e manifestaram-se claramente nesse sentido. A democracia autêntica que os trabalhadores portugueses querem construir não é compatível com a divisão sindical que se aproveita ao capital, à reacção e ao imperialismo (e por isso tão fomentada pela C.I.A., directa ou indirectamente).

No comunicado de convocação, a Intersindical apela para o reforço da aliança entre O Povo Trabalhador e o M.F.A., afirmando: «A resistência oposta pelas classes trabalhadoras e pelo povo português em geral durante meio século à fome, à miséria, à injustiça, à opressão, à guerra, à exploração, foi patrioticamente enraçada, foi patrioticamente enraçada pelo M.F.A., que, em 25 de Abril, derrubou a ditadura fascista. Portanto, cumpre às massas trabalhadoras estreitar a aliança com o M.F.A., consolidar as conquistas já alcançadas, aprofundar e alargar as liberdades democráticas.»

É preciso que a grande manifestação de terça-feira, dia 14, constitua uma grande jornada de luta contra os que tentam inverter o sentido progressista do 25 de Abril, sápar a unidade das classes trabalhadoras e quebrar ou enfraquecer a aliança entre o Povo e o M.F.A.

Todos os sindicatos, todos os trabalhadores e a população em geral são convocados para a manifestação, que se iniciará no Martim Moniz (local de concentração), percorrendo a Av. Almirante Reis, Alameda Afonso Henriques, Av. Guerra Junqueiro e Praça de Londres, sendo seu destino o Ministério do Trabalho.

Manifestações idênticas terão lugar no mesmo dia e à mesma hora noutras sedes de distrito.

Pela Unidade Sindical na Lei! Pela Unidade Sindical, Pelo Congelamento dos Precos! Não aos despedimentos! Todos unidos contra o domínio dos monopólios e latifundiários! Contra a sabotagem da Banca Privada! Pelo reforço da aliança entre o Povo e o M.F.A.! O Povo está com o M.F.A.!



hora. A hora tardia (ou madrugada) do programa poderá representar um obstáculo à sua audição por parte dos trabalhadores, que na sua grande maioria estarão a dormir. No entanto, segundo Maria Eufémia é impossível afirmar que ha determinado publico para determinadas horas. Parecem acrescenta — que quando os programas interessam as pessoas, muitas delas, «sacrificam-se» e ficam acordadas mais uma hora. Por isso temos a certeza de que as pessoas ouvirão se o programa for importante. Alias, nos temos ja uma experiencia de que as coisas se passam assim. Nesse mesmo horario apresentado, ha dias em que o programa sobre problemas relacionados com o servico civico o qual motivou uma longa serie de telefonemas de apoio, não so «or parte de estudantes como também, e na sua maioria, de trabalhadores. No momento em que vivemos, as pessoas querem ser informadas e por isso procuram os programas que lhes interessam independentemente da hora a que vão para or.

Não haverá um esquema de programa demasiado rígido pois os seus autores pensam que tal rigidez iria diminuir as suas possibilidades. Consideram que as secções fixas terão sempre se ser sacrificadas à reportagem de uma assembleia ou reunião, ou se se desencana a luta justa de trabalhadores, o que não impedirá a existência de um minimo de secções fixas de divulgação, para além das de informação sindical como sejam, por exemplo, sobre temas económicos políticos e culturais. E haverá também música. Uma agenda que informará os reuniventes de todas as reuniões e assembleias a realizar.

editorial

AINDA a unicidade sindical. Com a aproximação (marcada agora para o dia 17) da apreciação do projecto de decreto-lei sobre associações sindicais em Conselho de Ministros, movimenta-se uma campanha contra a vontade expressa de forma inequívoca pelos trabalhadores portugueses. Essa campanha — não falando já de ingerências estranhas na altura denunciadas — teve como ponto significativo um artigo do ministro da Justiça, sr. dr. Salgado Zenha, publicado há dias no «Diário de Notícias». Nesse depoimento lamentável, o conhecido advogado e ministro nega a constitucionalidade do princípio da unicidade sindical expresso na lei e defende, com outras vozessem qualquer representatividade a liberdade sindical. Mas,

Continua na pág. 2

A VOZ DA INTERSINDICAL

“ALAVANCA” NA RÁDIO

A partir das vinte e quatro horas de amanhã «Alavanca» passará a ser (também) nome de um programa radiofónico. Será a voz da Intersindical a chegar a casa dos trabalhadores portugueses; será a voz dos próprios trabalhadores a fazer-se ouvir através da rádio, a dar conta das suas lutas e do seu querer enquanto classe. Será, afinal, a Intersindical, emanadora da vontade da esmagadora maioria dos trabalhadores a fazer-se ouvir através dos emissores de onda média de Lisboa e Porto da Rádio Clube Português, significativamente chamado de «emissora da Liberdade desde 25 de Abril».

Serão duas horas diárias de emissão, de companhia para o período de vigília daqueles que exercem as suas actividades em turnos nocturnos: pes-

seu trabalho diário contarão ainda com a colaboração dos condutores de «Alavanca» — jornal.

Havia duas horas desocupadas em termos de programação comercial, diz-nos Maria Eufémia — para nos, toda a política de aluguer de tempo em R.C.P. tem de ser diferente da praticada anteriormente. O tempo de antena não pode estar a disposição de aventureiros sem idoneidade política moral e mesmo económica, ele deve estar ao serviço do povo português.

Surgiu-nos então a ideia de contactar a Intersindical pois consideramos que nesse momento é importante a existên-

cia de um programa radiofónico feito por trabalhadores e para trabalhadores. A ideia foi aceite pela Inter, até porque vem completar, até certo ponto a acção desenvolvida pelo nosso jornal na defesa dos interesses dos trabalhadores e na divulgação dos temas sindicais.

Os seus autores materiais, a equipa de realização poderão-se ainda desenvolver toda uma acção formativa do ponto de vista sindical sem preocupações de estetica radiofonica — como nos disse um dos seus autores — nos num caso destes pouco importa que essa mesma estetica radiofonica seja sacrificada à clareza e acção formativa que o programa

OS PROFESSORES CONTRA O “PLURALISMO” SINDICAL

DEBATE SOBRE A SAÚDE

PORTUGAL é sem dúvida um dos países mais atrasados da Europa em questões de saúde e assistência, o que não é mais do que o reflexo de uma política de saúde nitidamente fascista. O problema da saúde e assistência é eminentemente político e a sua resolução passa evidentemente por soluções políticas que englobam não só a saúde e assistência, mas também respeito a todo um sistema socio económico.

Na situação democrática que se vive actualmente em Portugal, esse problema é dos que prioritariamente se tem de resolver. E resolver tendo em conta que essencialmente se deve servir o povo português, destruindo na globalidade as deficiências criadas pelo fascismo. Destruindo para sempre um sistema que só servia à burguesia enriquecida. Tendo bem presente que a saúde é um direito de todos e não um privilégio dado pelo dinheiro ou pela posição social.

Durante os anos de fascismo, o que a saúde era só para os ricos e a doença para os pobres, a maior parte dos organismos de assistência médico-social eram sinónimo de desorganização, longas filas, falta de higiene, desinteresse do pessoal (esse também muito mal pago e sem condições correctas de trabalho) donde resultava que o povo só recorria a esses serviços em último caso.

No sentido de resolver todos esses problemas, foi lançado um amplo debate no qual são convidados a pronunciarem-se e a intervir activamente os Secretários das Autarquias Locais, o M.F.A., os partidos políticos, P.C., P.S., P.P.D., MDP-CDE, Intersindical e todos os sindicatos interessados. Nesse sentido a Secretaria de Estado da Saúde elaborou um texto em que se analisa o estado da saúde em Portugal e que serve de base ao debate.

O ESTADO DA SAÚDE

No sentido de fazer uma verdadeira reestruturação da saúde e assistência há que, por um lado, fazer uma análise do seu estado actual e, por outro, estudar quais as soluções mais adequadas.

O nosso país possui uma das

piores taxas de mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias (23,5 por cento, contra 9,2 por cento da Suécia e 17,6 por cento da Itália). Nota-se que a existência de doenças infecto-contagiosas, como sejam a difteria, a tosse convulsa e o saramão, entre outras, são doenças que podem ser combatidas eficazmente através de um sistema de vacinação que pressupõe toda uma estrutura de informação e de educação sanitária junto da população. Contudo esse problema liga-se intimamente com o da assistência pré e pós-natal. Em Portugal existe ainda uma percentagem de 20,5 por cento de partos sem nenhuma assistência, contra apenas 50,7 por cento de partos hospitalares.

Um outro sector que muita influência tem em certas doenças é o da higiene. Segundo o relatório da Secretaria de Estado da Saúde, cerca de um terço da população portuguesa não dispõe de abastecimento de água no domicílio e da que dispõe de abastecimento, apenas 1/4 é servida em condições satisfatórias. Por outro lado, mais de 80 por cento da população não dispõe de sistema de esgotos e mais de 80 por cento não dispõe de sistemas de recolha de lixo, o que dá origem a doenças como a cólera, a febre tifóide, etc.

Por outro lado existem toda uma série de deficiências, tanto de material como de distribuição territorial da assistência médica, carencias a nível de pessoal e outras. Existe actualmente um médico por cada 1100 habitantes, contra 550 na Itália, o que só por si é explicativo.

Concluindo, as carencias no sector da saúde vão desde a inexistência de infra-estruturas de higiene e protecção do meio ambiente, à falta de dispositivos adequados e eficientes para a prestação de cuidados básicos de saúde.

UMA ORGANIZAÇÃO DEFICIENTE

Um dos principais factores que contribuem para o deficiente estado da saúde em Portugal é a enorme dispersão em que se encontram esses serviços, dependente de vários departamentos governamen-

tais, não havendo assim uma organização vertical que coadunaria todo o serviço, tornando-o mais eficaz.

Assim existem serviços e estabelecimentos dependentes da Secretaria de Estado da Saúde (Direcção-Geral de Saúde), da Secretaria de Estado da Segurança Social, do Ministério da Educação e Cultura (o ensino), do Ministério das Finanças, das Forças Armadas e do Ministério da Administração Interna. Isto pode dar uma visão da dispersão e descoordenação que pode existir. Os reflexos de uma tal organização sobre a população são patentes. Por um lado, a qualidade dos serviços prestados, sobre o qual não se exerce qualquer controlo, tende a deteriorar-se à medida que as instalações envelhecem e a procura de cuidados e o consumo médico aumentam, por outro lado o período médio de tratamento é excessivo (dos mais elevados da Europa), o que faz com que os hospitais estejam superlotados, obrigando a população mais favorecida economicamente a recorrer ao subsistema da medicina liberal, o que acarreta largos encargos. E conclui o relatório: **Está doente em Portugal a assumir um risco económico que nem a classe média pode suportar.**

Por outro lado a actuação da saúde tem-se preocupado mais com uma medicina digna, mais especializada, descuidando quase por completo a parte mais importante de um sistema correcto de saúde, que é a chamada medicina preventiva, com a promoção da doença e cuidados médicos primários.

Esta situação não pode continuar. Há pois que fazer uma escolha lucida.

No sentido de ajudar nessa escolha, o relatório da Secretaria de Estado da Saúde analisa diversos sistemas de saúde: o sistema americano de medicina liberal integral, no qual a responsabilidade pela saúde dos cidadãos é dos próprios cidadãos; o inglês e francês que são sistemas intermédios em que coexistem a medicina liberal e os organismos estatais e o sistema soviético em que a responsabilidade da saúde pertence ao estado, em que toda a população é abrangida e na qual os serviços são gratuitos.

NO MUNDO

Por Blasco H. Fernandes

AGRICULTURA NA R.D.A.

Acabámos de fazer referência aos diversos factores de produção que contribuíram em larga escala para o aumento de produção e de produtividade da agricultura da República Democrática Alemã ao longo dos seus vinte e cinco anos de existência. Tal como afirmámos em linhas precedentes, a própria modificação da organização do sector, com o objectivo de transformar a sua estrutura e de colocar ao serviço da classe trabalhadora, constituiu o fundamento principal dos seus progressos, de que temos estado a dar os respectivos elementos. Antes, porém, de nos debruçarmos sobre esta questão, indicando as diferentes etapas por que passou a alteração da estrutura agrícola na República Democrática Alemã — problema que trataremos em artigos seguintes —, vamos apresentar com mais pormenor as medidas materiais que estiveram, e estão, na origem da intensificação da produção agrícola deste país.

Comecemos por mencionar os fertilizantes cujo emprego aumentou substancialmente desde o arranque da agricultura da R. D. A. A análise dos respectivos dados estatísticos que nos foram proporcionados mostram efectivamente que a utilização dos adubos azotados, expressa em quantidade de matéria activa, era de 28 quilos por hectare de superfície agrícola útil em 1949/50, tendo aumentado para cerca de 107 quilos na campanha de 1972/73. Os fertilizantes fosfatados e potássicos também tiveram importantes aumentos na produção agrícola. Assim, os primeiros passaram de 14 quilos/hectare em 1949/50 para 69 quilos/hectare em 1972/73 e os potássicos de 51 para 94 quilos/hectare

em 1963) e cerca de 61 por cento dos trabalhadores eram qualificados, enquanto que em 1963 apenas 13 por cento se incluem nesta categoria. Para melhor esclarecimento deste problema, apresentamos no quadro seguinte a forma como evoluiu a formação dos trabalhadores da agricultura da República Democrática Alemã entre 1950 e 1973.

Certificados (incluindo universitários e técnicos) apresentados pelos trabalhadores agrícolas (em percentagem)

1950	1960	1973
------	------	------

Sobre este aspecto, foram relativamente importantes os progressos registados entre as mulheres do campo. Na verdade, em 1965 somente 14 por cento destas trabalhadoras tinham formação profissional enquanto que em 1973 a respectiva percentagem subiu para cerca de 67. Como nos afirmamos um dos dirigentes sindicalistas, a formação profissional e a educação constituem cada vez mais uma das características da vida no campo na República Democrática Alemã. Ao campo se estende também a possibilidade efectiva de os trabalhadores desenvolverem plenamente as suas aptidões de forma a permitir-lhes não só uma crescente qualificação e contributo profissional como também uma ampla participação em toda a actividade social.

Foi o conjunto de medidas de política económica para a agricultura, tais como os investimentos, a utilização racional de factores de produção, entre os quais citámos os mais importantes e, em primeiro lugar, a transformação da estrutura agrícola, a aborçamos posteriormente, que fizeram da República Democrática Alemã um país que se autoabastecesse em produtos da agricultura, ao contrário do que acontecia antes da Segunda Guerra Mundial no território que hoje constitui este país. Além disso, a R. D. A. exporta alguns dos seus produtos agrícolas, como carne, leite e manteiga.

— o que representa outro índice de progresso da sua agricultura.



trabalhadores re-
trair em la-
ndono contra
pedimentos
por dois con-
do de sete
dois dias de
foi de cinco
balhadores
as.
de passa-
da, firma
ouosa, Filho
balhadores
orados em
pedimento
sindical, o
Manuel, de-
vração, des-
legação de
econômica
dos nego-
gação do
balho, en-
dos dos pe-
lho de Porto
admitido e
dois e o Mi-
ho sempre
rio.
adores dos
nivos, pe-
ndimentos
em efectuar
na passa-
visão à
seus cole-

TRABALHADORES EM LUTA

balhadores foram distribuídos por diversos locais, tentando, assim, dividi-los.

Ao mesmo tempo, alguns membros da anterior comissão de trabalhadores começaram a ser despedidos. Manuel Abalade esclarece: Nesta altura estávamos muito perto do 28 de Setembro. Julgavam, pois, que já tinham o passado na mão.

A propósito, lembraram-nos que Fernanda Pires da Silva e Abel Moura Pinheiro, principais administradores do Grão Pará, colaboraram, desde sempre, com a Pida/D.G.S., mantendo nas empresas do grupo «vigilância» daquela tenebrosa instituição. Ainda recentemente, foram descobertas ligações com um partido político da di-

reita, no qual trabalhava o chefe de escritório da Grão Pará, sendo-lhes asseguradas todas as regalias e retribuição caso descesse voltar à empresa. Entretanto a sra. Fernanda Pires da Silva pôs as suas propriedades pessoais à venda através de anúncios num jornal, e ausentou-se para o Brasil.

Surgiu, entretanto, uma carta da administração dirigida aos trabalhadores dizendo que o 13.º mês seria pago em três prestações.

Perante isto — prossegue Fernando Coelho — no dia 13 de Dezembro fomos ao Ministério do Trabalho dar conta do que se passava. Ao mesmo tempo ocupámos as instalações para evitar desvios de património ou fugas de capital. Neste momento está já constituída uma comissão de inquirimento para evitar desvios de proceder às averiguações necessárias. O principal objectivo da nossa luta é a aplicação do decreto 660/74, uma vez que a nossa situação corresponde exactamente ao disposto naquele lei. Por outro lado, queremos que a Grão Pará sirva verdadeiramente o Povo Português contribuindo para a existência de um turismo ao alcance de todos e não de uma minoria privilegiada.

Trabalhadores da Grão-Pará falam ao «Avançada»

Pescadores

Desde o primeiro dia deste ano que os pescadores da Póvoa de Varzim e Vila do Conde (Caxinas e Poça da Barca) se encontram em greve, por não serem satisfeitos as suas reivindicações, que entrincoçaram em Viana do Castelo, por exemplo, já há mais de dez anos.

Mas não é só a melhoria das condições de trabalho que está na base desta luta dos pescadores. A necessidade da sua organização de classe — um sindicato dos pescadores — surgiu logo como condição indispensável para que as suas justas pretensões — de hoje e do futuro — sejam alcançadas.

Não diferindo com os armadores das «motoras» os pescadores organizam-se, elegem uma Comissão Pró-Sindicato e algumas das suas reivindicações já foram conquistadas. É o caso do fim da obrigatoriedade do trabalho forçado das mulheres na praia. É o caso da conquista de um escritório de serviço em cada barco. E mais a garantia de descaço semanal aos domingos.

Mas a luta dos trabalhadores do mar não terminou. As reivindicações mais importantes não foram ainda alcançadas neste momento, apesar das frequentes reuniões que se têm efectuado para encontrar uma plataforma de acordo com os patrões. No começo da semana passada multiplicaram-se as tentativas mas os armadores não aceitaram nenhuma das propostas.

Na segunda-feira, na presença de um representante da Junta Central das Casas dos Pescadores, do Ministério do Trabalho, da União dos Sindicatos do Porto, do capítulo do porto e de delegados dos pescadores e dos patrões decorreu uma reunião no Clube Naval Povosense em que nada ficou assente sobre o ponto principal das reivindicações: o direito do produto dos pescadores.

APOIO DO M.F.A. AO PLANO ECONÓMICO

A Assembleia de Delegados do M.F.A. deu o seu apoio à execução do Programa de Política Económica e Social elaborado por uma equipa ministerial chefiada pelo ministro Melo Antunes tendo, no entanto, em consideração as alterações propostas pela Comissão Coordenadora do Programa do Movimento, e considerou a necessidade urgente de uma tomada de posição concreta quanto a constitucionalização do Programa do M.F.A. no futuro. Nesta segunda sessão extraordinária da Assembleia de Delegados do M.F.A., a que presidiu o general Costa Gomes, foi analisado e debatido aquele programa tendo o ministro Melo Antunes elevado as suas camarádas do M.F.A. sobre alguns pontos que suscitaram maiores dúvidas.

De acordo com o comunicado divulgado no final da reunião atentas as condições em que se desenvolveu o período imediatamente a seguir à Revolução de 25 de Abril que permitiram a constituição do primeiro Governo Provisório e a aprovação do seu programa de acção pelo Decreto-Lei nº 203/74, de 15 de Maio, considerando como emanado do Programa do M.F.A.; considerando as alterações qualitativas operadas após o 28 de Setembro, quer no seio do próprio M.F.A. quer a nível das instâncias políticas, que permitiram uma maior aproximação das profundas aspirações do povo português, a Assembleia do M.F.A. considera estarem criadas as condições para uma melhor clarificação dos objectivos estratégicos do seu programa e dá o seu apoio à execução do Programa Económico e Social do Governo Provisório, tendo em conta as alterações propostas pela Comissão Coordenadora do Programa, interpretando-o como objectivos, e reitera a sua disposição de acordo com as condições reais da nossa sociedade e do povo português. Circulos activos do Movimento consideram que, atendendo às alterações propostas ao Plano se registou uma vitória dos sectores mais progressivos do M.F.A. No entanto, o Capitão Vasco Lourenço, porta-voz da Assembleia, afirmou que os resultados não traduzem qualquer vitória de alas mais progressistas ou mais conservadoras mas representam, sim, «a plataforma comum sempre encontrada pelo M.F.A. desde o início da sua fundação, quando há opiniões diversas em relação a cada assunto tratado».

ANGOLA: OS MOVIMENTOS ENTRE OS ACORDOS

Os três Movimentos de Libertação de Angola — M.P.L.A.; F.N.L.A. e U.N.I.T.A., reunidos em Mombaca, chegaram a acordo para o estabelecimento de uma plataforma comum a apresentar durante as negociações com o Governo Provisório português, agora a decorrer no Algarve e que têm em vista encontrar o caminho para a independência próxima daquele território.

Em Mombaca, ficou estabelecido entre as três organizações, que conservarão a sua identidade, uma cooperação estreita em todos os domínios particularmente nos campos da descolonização, integridade territorial e reconstrução.

Foi igualmente assinado uma declaração de princípio em que se reafirma que o enclaustramento da parte integrante e insular do território angolano.

Os representantes dos três Movimentos de Libertação concordaram ainda, segundo fon-

NOTICÁRIO NACIONAL

tes ligadas à conferência, na constituição de uma força militar e um comando conjunto. Outro ponto da plataforma, segundo as mesmas fontes, seria a proposta a fazer ao Governo Português para que o futuro Governo de Portugal inclua cinco ministros de cada Movimento e dois portugueses, no total de 17 membros.

45 HORAS DE TRABALHO SEMANAL

A Comissão Nacional de Trabalho preconiza uma semana de trabalho de 45 horas, divididas por cinco dias, a uniformizar em todo o País até 1975, e um mínimo de 21 dias de férias anuais para todos os trabalhadores. Estas propostas que já mereceram a concordância do Conselho de Ministros vão ser postas à discussão pública pelo prazo de um mês.

Preve-se, ainda, a existência de horários flexíveis que se traduzem, segundo a comissão, na existência normalmente de um ou dois períodos fixos, durante os quais os trabalhadores devem estar presentes, e de duas ou três margens móveis, princípio e no fim e, eventualmente, no meio do dia de trabalho. Assim, os trabalhadores terão a possibilidade de dentro das margens móveis adaptar os seus interesses e disponibilidades aos momentos de entrada e saída.

ANO MUNDIAL DA MULHER

O Conselho de Ministros, na sua reunião do passado dia 7, consignou a celebração do Ano Internacional da Mulher, apelando para o estabelecimento de todos os organismos do Estado, as Forças Armadas, os partidos políticos, as organizações profissionais e outras organizações não governamentais, para que durante este ano se intensifiquem os esforços no sentido de que a Revolução em curso seja uma Revolução com uma autêntica participação da mulher, de acordo com a forma genuína de ser de mulher portuguesa e segundo as grandes linhas de orientação propostas pelo programa das Nações Unidas. O ano de 1975, que coincide em Portugal com a consolidação da Revolução de 25 de Abril, foi proclamado pelas Nações Unidas como o Ano Internacional da Mulher. O Conselho de Ministros ao associar-se às comemorações vem prestar uma justa homenagem às mulheres portuguesas reconhecendo as grandes discriminações de que, em alguns sectores, ainda é alvo.

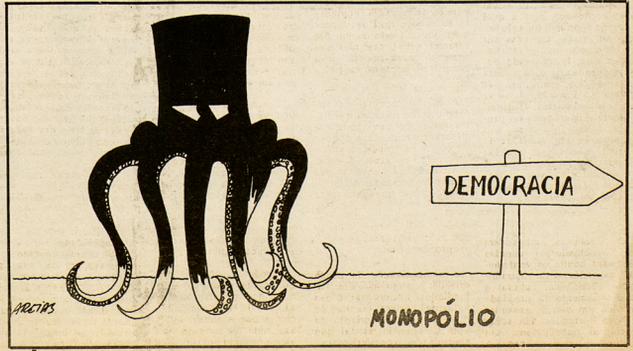
O CASO B.I.P./TORRALTA

O Ministério Público interpeôs recurso da decisão do juiz que ordenou a libertação de alguns dos indivíduos detidos pelo Copcon, por suspeita de actividades passíveis de serem classificadas de sabotagem económica. O caso vai ser apreciado pelo Tribunal da Relação.

ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO

Apesar de uma redução de mais de 40 por cento nas despesas extraordinárias e de um aumento de 20 milhões de contos nas receitas gerais do Estado, prevê-se um défice de 15,8 milhões de contos no Orçamento Geral do Estado para este ano.

Este é o primeiro Orçamento que nas últimas décadas é apresentado com verdade ao País, não o aparecimento deste «défice», já existente em anos anteriores, mas sempre escamoteado ao povo.



luta a saltaagem económica

Continuação da pág. 7

descontar para a Previdência nem sequer os 17 por cento que o restante patronato a isso é obrigado, os banqueiros vêm assim maximizados os seus lucros enquanto que os bancários vêm diminuídos os seus proventos face a doenças, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas que muitas vezes acarretam despesas na ordem das dezenas de contos.

Posta a Banca ao serviço do Povo — prossegue o comunicado — os trabalhadores bancários não poderão sacrificios nem registarão esforços para, ombro a ombro com os restantes trabalhadores arregalar as mangas e meter ombros à reconstrução do País.

A terminar, a direcção dos bancários considerando que é através do alargamento ou encurtamento do crédito que se estimula o estratagem da indústria, a pesca e a agricultura; que é através do mecanismo bancário que se pode prosseguir progressivamente o controlo da economia do País e que a acumulação financeira por parte dos banqueiros corresponde a extorsão da mais-valia criada por quem trabalha, conclui dizendo que o total controlo estatal da banca é possível para já normalizar o circuito económico, possibilitar largas zonas de intervenção estatal, conduzir o dinheiro para sectores produtivos em ordem a satisfação das necessidades do Povo e lutar contra os monopólios que desenfreadamente têm sugado a riqueza deste País.

Não entanto, consideram os bancários, a posseção deste objectivo terá de ser completado com um efectivo e profundo saneamento. Numa banca não têm cabimento gestores comprometidos com o antigo regime, pelo que se impõe que a par do controlo de toda a banca sejam feitas as necessárias pessoas tecnicamente aptas e politicamente dentro do espírito da revolução do 25 de Abril.

Uma outra proposta apresentada à assembleia é a de que o sócio Vitor Nunes, já igualmente aprovada, por maioria e depois por aclamação.

Seguindo-se a proposta dos trabalhadores bancários, considerando que se torna imperioso o ataque ao poder económico da burguesia de forma a desmantelar o seu domínio e impedir novas formas de exploração, reivindicam ao M.F.A. e ao Governo Provisório que para além da nacionalização da banca privada sejam adoptadas medidas que imponham a nacionalização de todos os sectores chave da economia com vista a criarem-se as condições para o desenvolvimento da luta de classes trabalhadora e para a emancipação e construção de uma sociedade socialista.

bilidade, tem tentado lancar sobre os Sindicatos dos Bancários.

Não está em causa, nas lutas dos bancários, o apoio dos trabalhadores ao Governo Provisório e ao M.F.A., e, nomeadamente, a uma política de justiça social que tenda a eliminar desigualdades. No entanto é isso que o patronato financeiro, através dos jornais e por outros meios, tem procurado fazer acreditar.

Com essas manobras — susbilhino os Bancários do Porto — os banqueiros procuram voltar a pinçar publicamente a classe e suscitam um confronto entre os trabalhadores bancários e o Governo Provisório.

tes sucessivamente eleitos, em diversos plénários, para os secretariats da Intersindical e das diversas Unões.

E os Bancários correspondem e sustentam suficientemente organizados para assumirem essa responsabilidade. Nas capitais de Distrito onde se formaram Unões de Sindicatos, havia sempre uma Comissão de Delegados Sindicais habilitados a representar o Sindicato.

Por outro lado, esta organização, embora em permanente aperfeiçoamento, mostrou-se capaz de responder às exigências que o processo de democratização nascido em 25 de Abril exigia a um sector de trabalhadores ligado directamente a uma actividade fundamental na economia do País — a Banca. Importante ainda porque neste sector se cen-

do detectados e logo denunciados junto do poder revolucionário pela organização sindical bancária coordenada a nível nacional.

Ao mesmo tempo, os Sindicatos fizeram análises e estudos da situação de algumas empresas bancárias, tendo elaborado relatórios que remetaram a órgãos do poder. Por outro lado, alguns estudos suscitaram propostas, como por exemplo sobre selectividade do crédito, delegados do Governo junto das entidades privadas, serviço de controlo junto do Banco de Portugal, etc., que também foram remetados ao Governo.

Serenamente, mas com eficácia e sem alarde, a estrutura sindical dos Bancários alargou o seu prestígio, mostrando-se em grande parte responsável pelos avanços verifi-

gado em Junho passado. São lançados no seio dos trabalhadores questões que, explorando o individualismo em que fomos educados durante 48 anos, visavam a divisão dos Bancários nos vários locais de trabalho. As ofertas de «hórreos de praia», de distribuição «democrática» de subsídios, de constituição de comissões de empresa, etc., motivaram acessas discussões que, alguns casos, provocaram litígios entre colegas. O Sindicato teve, nesta altura, de acorrer a esclarecer os colegas nos locais de trabalho.

Não dando resultado tal estratégia, passaram a ser atacados os Delegados Sindicais, na verdade constituem actualmente a espinha dorsal do Sindicato. Começam a verificar-se demissões de Delegados que alegam que a verifi-

cação da INTERSINDICAL na defesa da Democracia, sendo nítida nessa defesa a participação dos Bancários através dos seus Sindicatos.

Não tendo resultado a ofensiva ao nível dos trabalhadores em nível dos Delegados Sindicais, é tentada agora a ofensiva aos próprios Sindicatos. Tratando-se de afrontar o nível superior da incomoda estrutura sindical, a estratégia é aplicada também ao nível superior do poder político.

Os banqueiros, mantendo praticamente intacto o seu poder económico, sabem bem que tal poder influi politicamente. Ora o Governo Provisório, embora fortalecido após o «26 de Setembro», não é um Governo de unidade mas de coligação, portanto heterogéneo. E natural a permeabilidade de um ou outro sector às influências do poder económico. Assim, os Bancários, nesta altura questionados pelos Sindicatos, vêm-se muitas vezes empolgados e questões simples de solucionar arrastam-se inconscientemente.

É preocupante verificar que problemas facilmente solúveis, como o do novo protocolo, o da sindicalização dos colegas da Caixa Geral de Depósitos, os das Caixas de Crédito Agrícola, o da situação dos correios, se vão encausando em questões como insolúveis ou tenham soluções ditatórias. É preocupante sentir um quase conflito com os Sindicatos que tiveram de actuar com muita diplomacia na questão da ponte de Natal.

Não há dúvidas que andam a tentar opor o Governo e o movimento das Forças Armadas aos Sindicatos Bancários.

É gostante saber que haja, nesta altura, responsáveis a apontar os Bancários (o que tem de entender-se como as suas organizações sindicais) como reaccionários e sabotadores do processo de democratização.

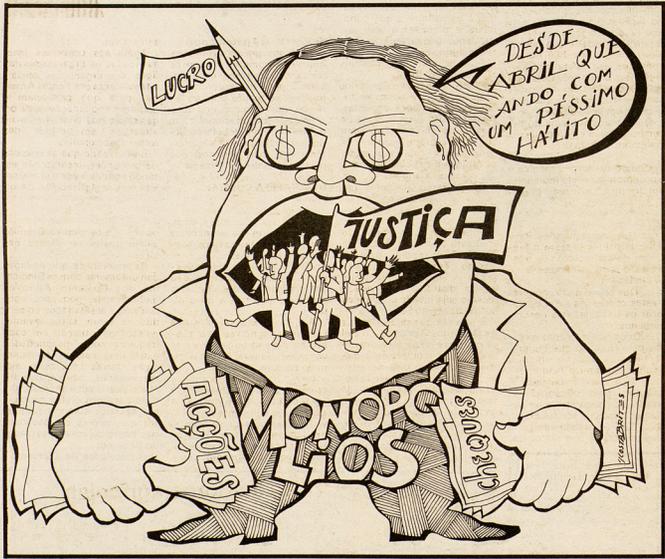
Os banqueiros exploram e procuram impedir a criação de sindicatos de luta reivindicativa de muitos Bancários favoravelmente aos seus desígnios, empolando as situações, forçando a radicalização e tentando alastrar as contaminações.

Simultaneamente, são postas a correr as mais disparatadas atoardas, como a de intervir as forças do COPCON, a de pretensas manifestações públicas dos Bancários, etc. As lutas dos Bancários são exploradíssimas, com uma difusão pública desusada que visa claramente pôr o opinião pública a pedir saneamentos.

No seio dos Bancários insinuase que o Sindicato não é a partir de 25 de Abril, o que não é capaz de decretar graves — forma habilitada dos Bancários, os Sindicatos actuam com senso político e não embarcam nas manobras dos banqueiros, desejando de evitar conflitos e criar condições favoráveis a uma retomada do poder político.

Esta ofensiva à nossa organização e unidade sindicais visa enfraquecer a vigilância dos Bancários, empolando os actuais, quebrar o nosso dinamismo e unidade o que, de algum modo, se alcança também por se reflectir na poderosa força que é a INTERSINDICAL mais de 200 Sindicatos e de 2 milhões de trabalhadores representados — onde os Bancários desempenham um papel relevante e apreciado.

Quando se preconiza uma central sindical única e se omite a consideração da existência da INTERSINDICAL, de que o nosso Sindicato é fundador, não é falar com clareza.



A direcção do Sindicato ançou um alerta a toda a classe, esclarecendo e definindo o contexto em que se desenvolve a presente situação para que a unidade dos trabalhadores bancários possa uma vez mais vencer as tentativas de reacção de abrir brechas na organização sindical unitária.

É deste alerta que «A Vanguarda» se faz eco.

tram os grandes beneficiários e sustentam o regime de monopólio e o opressor distribuído. Ora é necessário organizar uma vigilância sobre aqueles que, perdendo o poder político, mas detendo um poder económico capaz de cusar graves problemas ao País, não desperdiçam esse poder que detêm para entrar no processo revolucionário e tentar um «volte-face».

DENÚNCIA DA SABOTAGEM

— A organização sindical dos Bancários correspondeu. Desde a primeira hora que os Sindicatos vêm recolhendo elementos denunciadores de actividades sabotadoras e conspirativas daqueles que, até ao presente, não tiveram sequer um só gesto de colaboração com a nova ordem democrática. Operações como devios propósitos de capitais, quer para o estrangeiro, quer entre empresas do mesmo grupo económico que, como sabemos, gravitam coordenadamente à volta de cada um dos bancos, até financiamentos de actos contra-revolucionários, como o 28 de Setembro, têm sen-

caídos o nível sindical, com o seu decisivo contributo no reforço da organização do movimento sindical unitário português.

— a nível político, com a apertada vigilância e denúncia de actos sabotadores da economia e conspiradores do processo democrático por parte dos grupos monopolistas. Os Bancários estão a dar, na verdade, um valioso contributo para a consolidação da democracia.

Naturalmente, este papel incómodo dos Sindicatos Bancários não passou despercebido aos sectores mais reaccionários. Não deixariam estes, portanto, de se lançar em ofensiva para difidenderem os seus privilégios e interesses egoísticos.

MANOBRAS DE ISOLAMENTO DOS DELEGADOS SINDICAIS

Assim, procuram abrir brechas na nossa estrutura sindical e tal ofensiva sentiu-se logo

acção é torpedada nos locais de trabalho; correm abaixo-se os planos a pedir saneamentos de Delegados.

Em qualquer destes casos se verifica que, por via de regra, os visados são, não delegados, que se limitam à distribuição de circulares e encaminhamento das participações como infelizmente ainda há alguns, mas aqueles que, coarctando e verticalizando, se distinguem pela sua intensa actividade na defesa intransigente dos interesses dos trabalhadores. Por outro lado, é visível sempre nestes casos o dedo de hierarquias ligadas ao patronato bancário.

Também aqui o Sindicato ocorreu e, pelo esclarecimento em circulares ou em várias reuniões, obteve a nítida desamoras e ajudou a estreitar a ligação dos trabalhadores com os seus Delegados.

PRESSÕES DO CAPITAL A NÍVEL POLÍTICO

«O 26 de Setembro confirmou a capacidade de inter-

OPERÁRIO

«As ligas e os não nos metam rito em contra o pequenos e méd rância dos Camp sábado em Santa problemas de orgadores agrícolas s do sul do país a que os Sindicat abranger todos que durante cer por conta de out exploração os ob assalariados.

Este tipo de alianças, especialmente dado na 6.ª sessão dos sindicatos — onde o ser dito que, nas durações de convenções em curso, os repórteres dos operários devedo o cuidado em distingo e meios sindicais, especialmente em ALA, os quais estezão de latifundiários de muitas vezes para nome, os operários a Confederação teve a participação activa e de dois milhares de e meios proprietários de muitos trabalhariados, permitindo conclusões de interesse para uma vasta camapulação portuguesa que pre foi mais milhões regime de exploração nítida em que os tra res viviam há muitos a

CONCLUSÕES DOS SINDICATOS

Discutidas e aprovadas a 6.ª sessão e mais tarde, após o encerramento das reuniões, as conclusões a que chegaram os representantes dos Sindicatos de O Agrícolas merecem de ponderação. Assim, o



Continuação da pág. 6

como base a defesa seus interesses de Este é o aspecto fun-

— a história dos povos sempre a luta de contros operários — a sua força de trabalho, através da dispersão de trabalho — forças de trabalho — únicas unidades de produção, mas sempre mais desenvolvida da grande industrialização — a criação de grandes complexos industriais, aos milhares, home-liters e crianças, v a sua força de trabo de um salário seu sustento, favorecedo de consciências e interesses comuns. Nade burguesa actua de classe não t — Pelo contrário grandes unidades nos polos burgueses bairrários, desanvolvidos — comunidade de inter espírito unitário, fo consideração de cla descoberta da Amé rica, colorem à bu a necessidade de re-

PORTO

Relativamente ao recente comunicado emitido pelo Conselho de Ministros, tanto o Sindicato dos Bancários do distrito do Porto denuncia a campanha de descredito que o capital financeiro, com muita ha-

OPERÁRIOS E CAMPEONES

OS MESMOS PROBLEMAS MESMA LUTA

RESINDICAL na moçárria, sendo a responsabilidade dos trabalhadores dos Delegados sentada agora a responsabilidade de afrontar o já incoadmo essa, a estratégia é em ao nível supolitico.

metodo o seu poço, sabem bem influi politica-Governo Provisório organizado após nro, não é um heterogêneo emabilidade do sector as inder económico, sindicais dos a altura questiona. Sindicatos, as de Depósitos, as de Crédito e os encardos solváveis ou te- sifonárias. E os Sindicatos que am com muita questão do pon- das que andam do Governo e os Bancários. E saber que há- rios e os Bancários-lerio lo que se- ncer-se como as (ões sindicais) de democracia- os exploram e auzar as lutas re- m muitos Ban- nimento aos seus- do a radicali- ad alstrar as

Este tipo de aliança to, aliás, especialmente recomen- do na 6.ª secção — a dos sindicatos — onde chegou a ser ditado que, nas duas negociações de convênções colectivas em curso, os representantes dos operários devem ter todo o cuidado em distinguir os clubes a e médios agricultores, eventualmente filizados na ALA, os quais esta organi- zação lutou durante a revolu- ta muitas vezes para, em seu nome, os por aos seus aliados lógicos, os operários agrícolas.

A Conferência teve uma pa- triótica activa e entusiástica de dois milhares de pequenos e médios proprietários e ainda de muitos trabalhadores assalariados, permitindo debates e conclusões de interesse geral para uma vasta camada da população portuguesa que sempre foi das maiores vitimas do regime de exploração económica, em que os trabalhadores viviam há muitos anos.

CONCLUSÕES DOS SINDICATOS

Discutidas e aprovadas na 6.ª secção e mais tarde no plenário de encerramento, as conclusões que chegaram os assalariados e os proprietários e médios agricultores. Que os trabalhadores Agrícolas merecem destaque e ponderação. Assim, os traba-

harдох exigem, no que sejeita a contratação, que sejam tomadas medidas, pelo Governo, legislativas ou outras, para que as convênções acordadas sejam cumpridas e não houver regiões onde ainda não fosse a aplicação das convênções existentes.

E que, sejam aplicadas sanções aos patrões que des- pecam sem justa causa.

Quanto ao problema do desemprego, que se afecta especialmente comentam:

— Sendo os despedimentos e o desemprego, neste momento, um dos problemas mais graves e preocupantes dos trabalhadores agrícolas do Sul, foi concludido o seguinte:

— Que as comissões Paritárias Distritais, passam a funcionar de acordo com os interesses dos trabalhadores e da sua defesa.

— Que sejam dados poderes a estas comissões a fim de co- locar os trabalhadores desem- pregados.

— Que sejam tomadas medidas pelo Governo que obri- gue de facto os grandes agrí- colas a cultivarem a terra inculta.

— Que seja fomentada e apoiada pelo Governo a criação de cooperativas de pequenos e médios agricultores.

— Que os trabalhadores a nível concelhio e distrital de-

vem reunir-se nos seus sindicatos para encontrar formas creativas de luta contra o desemprego.

— Que seja incentivado o apelo incondicional dos outros trabalhadores à luta dos operários agrícolas por melhores condições de vida e de trabalho.

Em virtude de se encontrar ainda por efectuar o saneamento das estruturas judiciais dos tribunais de trabalho, exigimos:

— Completa transformação dos tribunais de trabalho e um eficaz saneamento do aparelho da Justiça e dos Tribunais do Trabalho.

Saneamento dos quadros fascistas ainda à frente de organismos governamentais ligados à agricultura e que continuam a dificultar a vida aos pequenos camponeses e operários agrícolas.

E concluem os operários agrícolas do Sul:

«Os Sindicatos de Operários Agrícolas devem abraçar tota- mente os assalariados agrícolas, seculares que durante cerca de metade do ano trabalham por conta de outrem, e pequenos camponeses cuja exploração os obriga a trabalhar seis meses como assalariados.

Os operários agrícolas devem organizar-se em comissões de freguesia, concelhias posteriormente em comissões distrital com a formação do Sindicato Distrital e eleição de Direcção Provisória para o mesmo. Tendo esta organização já sido implantada em alguns distritos, urge que o mesmo seja levado a cabo nos outros do região Sul.

É urgente que os Sindicatos de Operários Agrícolas do Sul se reúnem e criem uma organização onde regularmente discutam os seus problemas e tomem medidas de acção co- metidas pela Unidade Sindical.

— concretizando: esta organização seria composta por 2 elementos de cada Sindicato

nar a produção pelas limitações da manufactura. Até aí cada operário fazia sozinho todas as operações necessárias à confecção de um produto, executando uma após outra, todas as operações necessárias para a sua elaboração. O capitalismo passará a confiar a cada operário uma dessas operações, e a este se dá a executar, adextra-se, aumentando a sua produção.

De produto individual de um operário independente, executando uma porção de operações diversas, a manufactura torna-se um produto social de uma reunião de operários que executam benefícios individuais, mas a mesma operação.

— Capitalista tendo utilizado o trabalho de diversos operários para a realização do produto, uma vez acabada, dispõe dela sozinho e lança-o no mercado, recolhendo também sozinho os benefícios.

E o resultado da concentração dos meios de produção nas mãos do capitalista.

Esta desigualdade entre a produção social, fruto do esforço de grande número de operários, e a apropriação desse mesmo produto, consubstancia o trabalho de cada um entre burgueses e operários. É o fundamento da luta de classes na sociedade capitalista.

CONFERENCIA das CAMPEONES e DO SUL SOBRE OS SEUS PROBLEMAS IMEDIATOS

- 1- CONTRIBUIÇÕES INDIVIDUAIS PARA LICENCIAMENTO DE FORTES E OUTRAS OBRAS DE TRILHAMENTO QUE SOLICITAREM OS PEQUENOS E MEDIOS AGRICULTORES INCULTOS E SUB-APROVEITADOS.
- 2- PRODUÇÃO COLECTIVIZADA, POLITICA DE PREÇOS DE 1.400.000 REAIS POR HECTARE DE TERRA ANUAL POR 3-5 ANOS, PRECISANDO BANCAS, MANOBRAS E ATRAS.
- 3- ORGANIZAÇÃO DE SERVICIOS DE PRODUÇÃO E TRABAHO.
- 4- CRIAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DOS PROPRIETARIOS E ASSALARIADOS PARA DEFESA DOS INTERESSES E DEFESA DO EMPREGO DOS SERVIDOS DOS ASSALARIADOS AGRICOLAS.
- 5- SANEAMENTO DOS ASSALARIADOS AGRICOLAS.
- 6- SEGURANCA SOCIAL PARA OS PROPRIETARIOS E ASSALARIADOS AGRICULTORES E ASSALARIADOS ASSOCIADOS.



de Operários Agrícolas do sul. Face aos graves problemas que neste momento afectam os operários agrícolas é necessário que o mais rápido possível se realize uma conferência ou encontro dos operários agrícolas nacional a fim de analisar e debaterem todos os problemas (e não mistos e dos mais variados) que neste momento os afectam.

UMA TAREFA COMUM

Por sua vez, os pequenos e médios proprietários agrícolas, ao fim de um dia de debates construtivos e muito vivos, concluem o seguinte:

«Os interesses dos pequenos e médios agricultores são antagonizados pelos interesses dos senhores da terra e do capital.

As ligas e os Sindicatos de Operários Agrícolas são aliados naturais na luta que se trava no mundo rural contra o inimigo comum.

Devem inventar-se amplas reuniões de pequenos e médios agricultores em todas as freguesias e concelhos com vista à formação de comissões pró-liga até à formação de secretariatos ou comités executivos verdadeiramente representativos.

— Necessidade de intercâmbio

de frequência e troca de experiências entre as várias ligas com vista à definição de objectivos gerais.

Obrigatoriedade de assistência técnica e jurídica por parte do Estado às Ligas e saneamento dos organismos que se recusarem a prestá-las.

Toda a actividade das Ligas dos Pequenos e Médios Agricultores conjuntamente com os assalariados agrícolas deverá ter como um dos objectivos principais importantes contribuir para uma profunda transformação das estruturas agrárias com vista a caminhar desactivamente para a efectiva reforma agrária.

ASSISTENCIA SOCIAL

«Alargamento imediato aos assalariados rurais do Esquema Geral da Previdência e estudo do alargamento do mesmo aos pequenos e médios proprietários», bem como a criação de um seguro para acidentes de trabalho e desemprego, constituem algumas das conclusões mais salientes da secção n.º 7 da Conferência de Camponeses do Sul.

Tendo em vista a melhoria imediata das condições de vida dos trabalhadores do Sul, foi proposto a realização de dois períodos de consulta de duas para quatro horas, a cargo de participantes e apoiem a implantação desta organização nos concelhos mais atrasados em virtude das forças reacionárias.

É necessário que as pessoas de profissões, mesmo não estudas ligadas à agricultura, trabalhem neste trabalho de organização e expansão das ligas.

Exigir que as instalações e outros meios dos ex-Gremios sejam postos ao serviço das Ligas.

Recomenda-se que as Ligas conjuntamente com os Sindicatos de Operários Agrícolas mobilizem os pequenos agricultores e assalariados no sentido de serem feitos levantamentos da situação em cada freguesia sobre propriedades existentes, sistema de exploração, terras incultas e mal aproveitadas, baldios que tenham sido tirados ao Povo, etc.

Recomenda-se que os Sindicatos de Operários Agrícolas mobilizem os representantes das ligas dos pequenos e médios agricultores. Proponem-se, finalmente, a criação de comités executivos de recuarria (mortes acidentais, doenças epidémicas) e de secretariatos ou comités executivos para acidentados rurais.

Apontando em seguida as falhas do actual sistema de Previdência obrigatório que as direcções das Caixas de Crédito Agrícola sejam substituídas pelos representantes das ligas dos pequenos e médios agricultores. Proponem-se, finalmente, a criação de comités executivos de recuarria (mortes acidentais, doenças epidémicas) e de secretariatos ou comités executivos para acidentados rurais.

Trabalhadores agrícolas SANTARÉM: UM SINDICATO ACTIVO

A apresentação próxima no Ministério do Trabalho de uma proposta de contrato colectivo para os assalariados agrícolas do concelho da Chamusca dá lugar a grandes plenas populares para discussão e aprovação do mesmo documento.

obtidas em duras lutas e que estão mais avançadas do que o normal nas actuais condições. E não estamos dispostos a recuar.

Na proposta de contrato actualmente em discussão, prevê-se a manutenção dos horários já praticados (57 horas e meia por semana); salários de 1.400.000 semanais para homens e 1.200.000 para mulheres; pagamento de férias de 100 por cento; pesadas sanções para os despedimentos em justa causa ou despedimento de trabalhadores com vários anos de casa; e validade do contrato até 30 de Agosto, mas com efeitos retroactivos a partir de Outubro e Novembro de 1974, conforme os casos.

O camarada José Luis disse-nos ainda que está em preparação uma proposta de contrato colectivo abrangendo, este, os concelhos de Salvaterra de Magos, Benavente e Coruche.

«E que, infelizmente, nestes três concelhos as condições são muito semelhantes. O Sindicato dos Operários Agrícolas de Santarém está já inscrito mais de 13 mil traba-

lhadores, correspondendo, sensivelmente, a 50 por cento da classe, naquele distrito. Números consideráveis se verificamos a curta existência do organismo e o facto de a maioria dos trabalhadores obrigatoriamente Aceite ainda que o pagamento de quotas é da iniciativa dos trabalhadores, obrigatoriamente não sendo, portanto, descontadas no salário pelos patrões.

«É dura a luta dos trabalhadores contra os agrários da região», afirmou José Luis. «As faltas de respeito pelos contratos são frequentes, aliadas a manobras reacionárias que temos denunciado sistematicamente em justa causa ou despedimento de trabalhadores com vários anos de casa, e validade do contrato até 30 de Agosto, mas com efeitos retroactivos a partir de Outubro e Novembro de 1974, conforme os casos.

«E sobre a organização do Sindicato de Operários Agrícolas... Começamos por uma organização ao nível de freguesia. Agora avançamos já para a estruturação e constituição de um partido, filiado num partido político da coligação comtemporânea, despediu dois trabalhadores que se recusaram a aderir ao mesmo partido...»

«E sobre a organização do Sindicato de Operários Agrícolas... Começamos por uma organização ao nível de freguesia. Agora avançamos já para a estruturação e constituição de um partido, filiado num partido político da coligação comtemporânea, despediu dois trabalhadores que se recusaram a aderir ao mesmo partido...»

«E sobre a organização do Sindicato de Operários Agrícolas... Começamos por uma organização ao nível de freguesia. Agora avançamos já para a estruturação e constituição de um partido, filiado num partido político da coligação comtemporânea, despediu dois trabalhadores que se recusaram a aderir ao mesmo partido...»

«E sobre a organização do Sindicato de Operários Agrícolas... Começamos por uma organização ao nível de freguesia. Agora avançamos já para a estruturação e constituição de um partido, filiado num partido político da coligação comtemporânea, despediu dois trabalhadores que se recusaram a aderir ao mesmo partido...»

Continuação da página 6

como base a defesa dos seus interesses de classe! Este é o aspecto fundamental da Classe.

A história dos povos tem sido sempre a luta de oprimidos contra opressores. Menos nos dias de hoje, mas atrás da dispersão das forças de trabalho em pequenas unidades de produção, não são simplesmente a mais desenvolvida a partir da grande industrialização.

criação de grandes complexos industriais, omnde aos militares, homens, mulheres e crianças, vendiam a sua força de trabalho em troca de um salário para o seu sustento, favorece a tomada de consciência dos interesses comuns. Na sociedade burguesa actual as lutas de classes não terminaram. Pelo contrário! Nas grandes unidades fabris, nos populões barros operários, desenvolvem-se a comunidade de interesses, o espírito unitário, forja-se a consciência de classe e a perspectiva do império colonial, colocam à burguesia a necessidade de revolu-



José Luis Cabrita

CORREIO

«ISTO é mais uma obra da reacção, isto é fascismo, e tal não se pode admitir... diz-nos a leitora Maria Isabel Moura de Almeida, da Quinta da Fátima, Seabra da Caparica, a propósito do conto que passamos a narrar.

A nossa leitora é casada com um operário chefe que anteriormente trabalhava na Margueira, e agora exerce a sua actividade na Setenave. Tem um filho de 14 anos, estudante do 2.º ano do curso geral dos liceus o qual tem recebido uma bolsa da Fundação Amélia da Silva Melo. A bolsa — paga em duas prestações de quantia igual — foi, no ano passado, do montante total de 2.700 escudos. Este ano, quando a nossa leitora foi levantar a 1.ª prestação da bolsa, só recebeu 750 escudos. Interrogando a funcionária que entrega as prestações acerca da diminuição do subsídio, aquela respondeu-lhe: «A culpa é dos operários, porque não querem trabalhar e não querem esmolas... Não contente com isso, a funcionária disse an-

da que no próximo ano era capaz de não haver mais bolsas.

«A empresa é muito rica, operários, há que tomar uma atitude, perante este facto reacçãoário, todos alertia, tal atitude, é repudiada, pois regista da, não pode ser tirada. Conclui a nossa leitora.

A INTERSINDICAL NÃO DEVE TER CONCORRENTES

«É minha forte convicção que no nosso país não deve haver outro organismo concorrente da Intersindical, independente do Governo, cabê a tarefa de representar a expressão mais forte do sindicalismo. Se admitíssemos uma concorrente, isso só contribuiria para a luta e divisão dos trabalhadores — assim se exprimem o nosso leitor Manuel Cabral Rocha, empregado de escritório, da Póvoa de Santo Adrião. Mas uma vez a junção de dois milhares e milhares de trabalhadores portugueses, que defendem o princípio da unicidade sindical.

N. de R. — Informamos os nossos leitores de que não publicaremos cartas que não venham devidamente identificadas.

COOPERATIVA DE TRANSPORTES

Continuação da pág. 6

tar a situação económica do País. Isto em relação a possíveis greves que teremos que fazer a médio e longo prazos vezes temos que ir mesmo para a greve, que é sem dúvida a única arma dos trabalhadores. Mas só a utilizamos em último recurso e com muito cuidado, pois há muita entidade patronal que está a preparar-se disso. Temos de jogar bem, analisar os prós e os contras e ir para a frente com uma decisão que não se afecte a situação económica do País.

«Contudo — disse Sequeira Branco — o Governo devia ser mais rígido com estes casos aplicando por vezes o Decreto 1660 pois que já houve casos há nítido boicote. Temos casos flagrantes, como o da firma Martins e Rebelo, que ajudou a pagar o salário mínimo nacional, quando o que foi assinado foi o salário de 5250 e 5750 escudos. Nós sabemos mesmo que esse sr. Figueiredo é um autêntico escroque da sociedade. É um aldrábeo de primeira. O Governo nesse aspecto tem as suas culpas pois não tem tomado medidas rigorosas.

«Mas — continuou ele — no meio de todos estes ataques não há dúvidas nenhuma de que, se os trabalhadores não mantiverem unidos, bastante unidos, a vitória será nossa.»

COOPERATIVA DE TRANSPORTES

Para lutar contra todas estas situações (aumento de tarifas, desemprego, etc.) houve um grupo de sócios do Sindicato dos Motoristas que há longos anos pensavam numa cooperativa. «Pensávamos nisso», afirmou-nos Sequeira Branco — para que deixasse de haver exploração do homem pelo homem.

Explicando-nos como tem andado a ideia diz: «Eu disse-nos o presidente do Sindicato: «Depois de 25 de Abril lançamos mãos à obra». Foram várias ajudas e a coisa tem andado para a frente. Já falámos com o secretário de Estado das Comunicações, que nos deu uma preciosa ajuda, pois ele também está consciente dos problemas dos transportes, principalmente em Lisboa.

Falámos também com o dr. Carlos Cavalcães que também nos deu um preciosa ajuda; contactámos com o vice-presidente da Câmara e agora vamos entrar em contacto com o secretário do Tesouro e o ministro da Indústria e Comércio que se de o último arranque para a cooperativa.»

Esta cooperativa de transportes resolve os seguintes problemas de transporte que se põem em Lisboa: «até ao momento, não havendo exploração do homem pelo homem não há exploração de aumentos de tarifas que existem actualmente para esses monopólios de fixa, para esses patros com 18 ou 20 carros», afirmou Sequeira Branco.

«Mas é necessário que os outros trabalhadores sigam este exemplo — continuou ele — depois do 25 de Abril achámos que tínhamos um campo de acção oportuno e fomos para a frente. Abrimos as inscrições para sócios provisórios, depois falámos com o Governo que achou muito bem e que nos deu estímulo. Fizemos em seguida uma Assembleia Geral para a aprovação dos estatutos, registámos a cooperativa, arranjámos dez sócios (100 escudos cada um), depositámos 10 por cento dos mil escudos na Caixa Geral de Depósitos e agora estamos à espera que saia no Diário do Governo. Mas numa cooperativa, o mais importante é que haja pessoas que gostem realmente de cooperar, de trabalhar, que pensam na cooperativa como um meio de trabalho. Que não pensam que vão explorar os outros sócios. Isso além de não ser correcto é antidemocrático. Além disso os sócios têm que pensar que a cooperativa não pode ser gerida, é simplesmente paga a subsistência dos trabalhadores. Não pode ter outros interesses alheios à cooperativa. Todos têm que ter os mesmos direitos.»

E concluiu: «há toda a necessidade que haja bastantes cooperativas no nosso país. É uma medida democrática que os trabalhadores devem levar a cabo para a frente que deve existir a exploração do homem pelo homem.»

VIDA INTER NACIONAL

O PETRÓLEO EM QUESTÃO

A crise da economia capitalista e a «batalha do petróleo» dominaram os primeiros dias do ano de 1974. Habituaados a explorar os recursos dos países subdesenvolvidos os EUA não toleram que os países exportadores do petróleo, reunidos numa organização de defesa dos seus interesses (a OPEP) fixem os preços dessa importante matéria-prima, tendo em conta o seu justo valor. Por isso, aumentam as pressões sobre os produtores de petróleo. Recorrendo a um linguagem de guerra fria, o secretário de Estado n.º 1 americano, Henry Kissinger, não hesitou em brandir a ameaça da intervenção militar, numa entrevista que concedeu a uma revista americana «Business Week». Segundo ele, os EUA poderiam envolver-se numa guerra por causa do petróleo, se o mundo industrializado se visse ameaçado de estrangulamento. Esta declaração de Kissinger, que mencionou os mais vivos reparos nos países progressistas de todo o mundo, vem, mais uma vez, pôr a nu o cinismo brutal com que os EUA encaram as suas relações com os restantes países.

A verdade é que Washington está a servir-se de todos os meios para fazer vergar a determinação dos países produtores de petróleo. Assim: a recente lei de comércio exterior, que prevê de tarifas preferenciais aos países subdesenvolvidos no seu comércio com os EUA, exclui desde benefício os exportadores de petróleo, Venezuela e o Equador, países latino-americanos membros da OPEP, protestaram já contra esta medida económica dos EUA e promoveram a convocação de uma sessão extraordinária da Organização dos Estados Americanos (OEA). Além disso, declararam que boicotarão a reunião prevista para Março em Buenos Aires entre Kissinger e os ministros dos Negócios Estrangeiros dos países latino-americanos. A Colômbia e o Peru manifestaram imediatamente a sua solidariedade para com os seus vizinhos Equador e Venezuela. Soube-se, por outro lado, que o México (onde recentemente se descobriram importantes jazidas de petróleo) anunciou a sua intenção de fazer parte da OPEP, sob pressão de Washington.

O presidente da Venezuela escreveu entretanto uma carta a todos os chefes de Estado e Governos latinos-americanos contra as medidas agressivas dos EUA, que teimam em considerar aquele subcontinente como a sua outada.

Quando, no mês de Março, Kissinger se deslocou à América Latina, para se encontrar apenas um bom amigo: o general Pinochet, que o aguarda em Santiago do Chile.

UMA GUERRA «ESQUECIDA»

DESDE que o sangue noroeste-americano deixou de correr no Vietname, desde que Kissinger a expulso o Prémio Nobel da Paz pela sua con-

tribuição para o fim da guerra (?) no Vietname, a Imprensa do mundo capitalista «esqueceu» por completo a luta que os patriotas vietnamitas travam contra o regime corrupto de Saigão. Contudo, o ano de 1974 foi o mais mortífero na história do Vietname, onde 80 mil pessoas, entre militares e civis, perderam a vida.

A luta continua e as forças Vietcong vão averbando sucessos. A queda da cidade de Phuoc Binh, capital provincial de Phuoc Lang, saiu em proveito do Vietcong, que detinha já toda a província.

Logo que a notícia foi conhecida, uma força da Armada norte-americana zarpa das Filipinas, com destino desconhecido. A Casa Branca denunciou que se tivesse dirigido para as águas sul-vietnamitas. Por sua vez, as forças Khmers vermelhas que actuam no sul do Vietname, o Governo militar provisório de Lon Nol alargaram a sua ofensiva. Tudo faz prever que os regimes craciais pro-Washington para impedir o avanço das forças progressistas no Vietname, Camboja e o seu vizinho estejam à beira do colapso. Quando isso acontecer os povos da Indochina poderão finalmente empreender, na paz e na justiça, a recon-

strução da respectiva pátria de campo socialista que detém o imperialismo americano.

O Conselho de Segurança da ONU voltou a reunir para apreciar a nova ofensiva das libertações no Sul daquele país. Pela primeira vez, as populações das aldeias liberas decidiram tomar a sua defesa contra os israelitas. O Líbano continua a apoiar a Síria, pois com o qual ratou as relações (interrompidas há vinte anos) por ocasião da visita do presidente Assad a Beirut.

SOCIALISMO ETIOPE

DEPOIS de definir o seu programa socialista, o Governo militar provisório da Etiópia anunciou a nacionalização de todos os bancos e companhias de seguros. A principal central sindical dos trabalhadores etíopes (CEB) diz o seu líder apoio a estas medidas do Governo, unico meio de garantir que as riquezas do país sejam de facto colocadas ao serviço do povo.



Está em Lisboa (Palácio Foz) uma exposição sobre a vida na República de Cuba. Aqui fica uma legenda: uma criança nascida na revolução ensina seu velho avô a ler. Comentários, para quê?

trução dos seus países, devastados por uma das guerras mais criminosas do nosso tempo.

NOVA GUERRA NO MÉDIO ORIENTE?

EM entrevista concedida ao jornal «Le Monde», o dirigente palestino Yasser Arafat anunciou a sua intenção de fazer o papel de mediador entre a OPEP, sob pressão de Washington.

O presidente da Venezuela escreveu entretanto uma carta a todos os chefes de Estado e Governos latinos-americanos contra as medidas agressivas dos EUA, que teimam em considerar aquele subcontinente como a sua outada.

Quando, no mês de Março, Kissinger se deslocou à América Latina, para se encontrar apenas um bom amigo: o general Pinochet, que o aguarda em Santiago do Chile.

UMA GUERRA «ESQUECIDA»

DESDE que o sangue noroeste-americano deixou de correr no Vietname, desde que Kissinger a expulso o Prémio Nobel da Paz pela sua con-

A REACÇÃO NÃO DESARMA NO PERU

A Nacionalização do sector mineiro do Peru, operado em 1 de Janeiro de 1974, permitiu que o Estado construisse, num só ano, 1500 escolas, hospitais e casas. Por outro lado, possibilitou uma ampla participação dos trabalhadores na vida das empresas. Mas não fazem, porém, desarmar a reacção, que continua a tentar derrubar o regime progressista do general Lovarado. No mês passado, um atentado já custando a vida ao primeiro-ministro, Mercado Jirón. Agora foi o novo ministro da Marinha, almirante Guillermo Gaig, o acusado: um potente bomba explodiu em sua casa, horas antes de ir trabalhar ao trabalho.

Se se em cumprimento de uma reacção, que continua a tentar derrubar o regime progressista do general Lovarado. No mês passado, um atentado já custando a vida ao primeiro-ministro, Mercado Jirón. Agora foi o novo ministro da Marinha, almirante Guillermo Gaig, o acusado: um potente bomba explodiu em sua casa, horas antes de ir trabalhar ao trabalho.

MUDANÇAS NA RODÉSIA

O ministro britânico dos Negócios Estrangeiros, James Callaghan, empreendeu uma viagem a seis países da África Austral, tendo-se avistado com os dirigentes dos Estados vizinhos. Objectivo primeiro da viagem: auscultar as possibilidades de resolver o problema da Rodésia, que se arrasta desde 1965, ano em que os racistas brancos declararam unilateralmente a independência dessa colónia britânica, para melhor garantir a sobrevivência de um regime baseado na exploração desenfreada das populações africanas.

Antes do 25 de Abril, os regimes minoritários da África Austral (Rodésia e África do Sul) esperavam poder manter-se ao abrigo das mudanças his-

tóricas. Contudo, a próxima constituição dos Estados Independentes de Angola e de Moçambique veio contribuir para um maior isolamento dos últimos bastiões do racismo europeu em terras de África. Pela primeira vez o regime rodésiano se dispôs em Dezembro passado a ter em conta a existência dos movimentos emancipatórios negros. Em acordo de cessar-fogo, seguido da libertação de muitos presos políticos, foram os resultados mais imediatos dessa primeira tentativa. Por outro lado, a África do Sul anunciou a retirada das forças que tinha em território rodésiano para auxiliar a conter a «subversão» negra.

Espera-se agora que, depois da viagem de Callaghan, se reúna brevemente em Londres uma conferência constitucional sobre a Rodésia.

TERCEIRO CARTÃO AMARILHO

Terceiro cartão amarelo, com o Atlético, e com o Campanolano. Não contou e deu muito pouco, assim, no domingo, Humberto jogou duas Taças de Honra já tenham saído para (des) contar a jogadores suspensos. Segundo cartão amarelo, em Espinho, no jogo para o Campanolano.

Claro que houve um argumento, um documento que se verificou esse facto ocorrido. Claro que houve um argumento, um documento que se verificou esse facto ocorrido. Claro que houve um argumento, um documento que se verificou esse facto ocorrido.

ARISMEMI EM LIBERDADE

O secretário-geral do Partido Comunista do Uruguai, Rodney Arismendi, que se encontrava preso desde a libertação da ilha de Libertad e expulso do país.

INQUÉRITO AS ACTIVIDADES DA C. I. A

O presidente Ford ordenou um inquérito às actividades da C. I. A., depois de ter recebido um relatório no qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson Rockefeller, ex-presidente dos E. U. A., suscitou o qual se prova que os serviços secretos americanos praticam espionagem também no interior do país, em violação do seu estatuto legal. A comissão nomeada para proceder ao inquérito foi presidida por Nelson

contudo, a constituição dos Independentes é a primeira que se veio constituindo um maior dos últimos do racismo da primeira me rodiesiana. Os mais imediatos em res-essado a ter a existência ementos eman-entos. Um cessar-fogo de a liber-uitos pres-ns, foram os mais imediatos de cadastro, por que a prova era de A. F. L. e não da F. P. F., embora essas Taças de Honra já tenham servido para (des) contar jogos a jogadores suspensos.

DESPORTO

PERIGO AMARELO (2)

Recapitulando... Humberto (como contámos no último número) teve um cartão amarelo (advertência) num jogo da Taça de Honra — cartão que não contou, para efeitos de cadastro, porque a prova era de A. F. L. e não da F. P. F., embora essas Taças de Honra já tenham servido para (des) contar jogos a jogadores suspensos.

Segundo cartão amarelo, em Espinho, em jogo para o Campeonato. Contou.

Tercio — cartão amarelo na Luz, com o Atlético, em jogo para o Campeonato.

Não contou e deu muito jeito porque, assim, no domingo seguinte, Humberto pode jogar contra o Sporting. Deu muito jeito ao Benfica. Não deu muito jeito ao Sporting, desta feita.

Se se tem cumprido o que está estabelecido (e tem sido cumprido com todos os outros jogadores) segundo cartão amarelo corresponde a um embargo de suspensão — Humberto não teria jogado esse dia — não importa.

Porque não é cumprido? Por ser o Humberto? Por se tratar do Benfica? Por se seguir um jogo com o Sporting? Claro que a questão não pode ser assim posta com tanta cruzada, de modo que melhor será continuarmos a analisar os factos ocorridos.

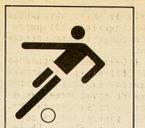
Claro que houve uma razão, um argumento, um documento para se verificar essa excepção honrosa no caso de Humberto... Houve o boletim do árbitro... O boletim que o árbitro preenche, no final de cada jogo, e que constitui interpretação oficial dos sucessos... E sobre esse boletim que o Conselho de Disciplina da Federação se debrança para aplicar, em conformidade, as sanções previstas para cada caso.

O árbitro desse encontro Benfica-Atlético não omitiu, no seu relatório, a advertência feita a Humberto (advertência é igual ao cartão amarelo), mas admitiu que ele tivesse jogado a bola com a mão «talvez sem intenção».

Quer dizer: o árbitro confessa o erro possível e daqui tira o Conselho de Disciplina a consequência: o jogador não cometeu a falta e, por isso, está isento de qualquer sanção. O erro do árbitro é grave, mas a mão foi casual, não deveria ter punido o jogador com um livre respectivo e com o cartão amarelo. Mas involuntárias não se marcem. E bola na mão e não mão na bola.

O mais normal, nestes casos, é o árbitro, no boletim ou em posteriores declarações,

Alavanca é transportada para todo o país nos comboios da C.P.



defender as suas decisões e não atacar a Justiça, e não incriminar-se. Pode ser que se esteja perante um caso de consciência, porque que ele tenha reconsiderado e tenha assim dado a mão a palmatória, suplantando-se a aparecer publicamente como farsante, como desatento, como prevaricador a mercer, pelo menos, ele próprio, um cartão amarelo.

Pode ser e é bonito que assim seja. Falta saber se o seu gesto foi intencionalmente espontâneo, se correu assim por gosto ou risco de se comprometer e ao seu bom nome como árbitro e o risco do desprestígio que pode resultar dessas decisões e contra-decisões. Restaria apurar, se possível, se ele procederia de igual modo, com tal isenção, se o jogador em causa não fosse do Benfica, em véspera de jogo com o Sporting, mas sim do Atlético, em véspera de jogo com o Oriental, para já não falar do Gil Vicente em véspera de jogo com o Vilavovense.

Vamos, cheios de boa-fé e de boa-vontade, admitir que o facto de ser o Humberto e de ser o Benfica constituiu apenas coincidência, mas lá estarão nos outros vez e a estranhar que coincidências dessas nunca se deem com o Oitáves ou com o Paços de Brandão. Podem acontecer com o Sporting de Braga ou com o Sporting de Covilhã, mas também não se dá vulgar verificarem-se com o Sporting de Lisboa.

Em suma, pode o árbitro do Benfica-Sporting ser um excelente juiz de campo e um cidadão muito consciencioso, mas a verdade é que não se livra facilmente de maus-juízos por o seu nome ter aparecido envolvido numa jogada tão pouco limpa como foi esta de Humberto Coelho, que já vai no terceiro cartão amarelo e... nem uma suspensão.

O árbitro, por seu turno, também não sofreu qualquer castigo dos seus superiores ou dos vários quinze dias, o punham a dirigir outro jogo da Primeira Divisão — o Leixões-Vitória de Setúbal.

Carlos Pinhão

CULTURA E TEMPOS LIVRES

Vamos ler

SOBRE O PAPEL DA MULHER NA SOCIEDADE, de Lenine — Editorial Estampa.

Lenine, o maior revolucionário da História de Humanidade, afirmou: «a experiência de todos os movimentos de libertação mostra que o sucesso da revolução depende da importância da participação das mulheres».

XXX

O OBSCURANTISMO SA-LAZARISTA, de Joaquim Barra das de Carvalho — Edições Seara Nova — Preço 600,00.

A perseguição que o fascismo moveu aos intelectuais portugueses.

XXX

UM ESCRITOR CONFES-SÃO, de Aquilino Ribeiro — Bertrand — Preço 120,00.

Aquilino Ribeiro, o notável prosador cuja vida foi por vezes bastante agitada, interveio activamente contra o regime monárquico e, mais tarde, contra o regime resultante do 28 de Maio.

XXX

OS CAPÍTULOS, do tenente-coronel Luis A. de Bana-zol — Prego — Preço 300,00.

Análise crítica da sua formação.

XXX

PRINCÍPIOS DO MATERIALISMO HISTÓRICO, de Spínique e O. Yakiot — Editorial Estampa.

«Os factores subjacentes da História, são os homens, o seu espírito de decisão revolucionária, a sua vontade de luta, é a organização dessa luta, o entusiasmo, e o conhecimento e a experiência dos seus participantes».

TV

2.ª Feira, 13 PROGRAMA 13.15 Escrever e lutar

20.00 Em forma de teatro

21.15 Teatro — «Jun Pal-mier», de Antonio Lorreta

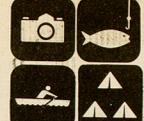
TV PROGRAMA 20.40 Escrever e lutar

3.ª Feira, 14 PROGRAMA 19.30 TV Jazz — Festival Internacional de Cas-telha

21.15 Programa do M.F.A.

4.ª Feira, 15 PROGRAMA 19.30 Cinema — Ano 21.15 Política de todos

21.40 Estudo «Aberto» — Manuel Freire



5.ª Feira, 16 PROGRAMA 19.30 TV Palco 21.15 Afinal como é? 21.45 Demis Roussou e Olympia de Paris

6.ª Feira, 17 PROGRAMA 21.15 Responder ao País

Sábado, 18 PROGRAMA 15.40 Eurovisão — Rugby Encontro — Irlanda-Inglaterra

17.35 Ensaio 19.30 Memória do nosso tempo

21.45 Noite de Cinema — «Stromboli», de Roberto Rossellini

TV PROGRAMA 21.50 Encontro com o mundo

Domingo, 19 PROGRAMA 12.55 Eurovisão — Ski Taça do Mundo

15.00 Tarde de Cinema — «Ulisses»

17.55 Basquetebol transmissão directa de um jogo a contar para o Campeonato da Divisão

20.30 Teledomingo TV PROGRAMA 20.00 Responder ao País

Rádio

EMISSORA NACIONAL 2.ª feira 16.15 Formação Política 17.00 Rádio Estudantil

3.ª feira 21.45 Sindicalismo

4.ª feira 16.00 Economia 16.45 Sindicalismo

5.ª feira 23.00 Formação Política

6.ª feira 15.20 Formação Política

Sábado 16.00 Sindicalismo 17.00 Programa Juvenil

Domingo 12.00 Programa sobre Agricultura 21.30 Temas de Desporto

RÁDIO CLUBE PORTUGUÊS Diariamente 18.00 Movimento 22.30 Revolver o tempo 00.05 No mundo aconteceu 00.30 Nocturno

DISCOS «A queima-roupa» de Sérgio Godinho: juntamente com Zeca Afonso, um dos mais importantes criadores da nova canção portuguesa num álbum onde a raiva, a análise feroz do sistema capitalista (temas vale ser um cão raivoso que uma sardinha caladina), a sátira aos deméritos da última hora, o amor libertado, en-

contram sempre uma expressão eficaz e uma tradição musical apropriada. «Levanta e mira a montanha» de Victor Jara, um disco fundamental do principal intérprete da canção chilena que alia à recuperação de uma canção popular com um canto, acuradamente político uma prática de militante interventivo, de intelectual identificado com os interesses e anseios das massas proletárias. Em «A alma chata de bandeira», presagando a sua morte às mãos da Junta fascista de Pinochet, Jara conta-nos o fim dramático de um jovem militante comunista assassinado pelas forças da repressão durante uma manifestação, sob o Governo democrata-cristão Eduardo Frei, mais tarde aliado de Pinochet e dos generais chilenos que derubaram Alende.

Cinema

SEMANA DO CINEMA CUBANO

Por iniciativa da FNAT começou ontem e prossegue até ao próximo domingo, no Teatro da Trindade, uma Semana do Cinema Cubano com o seguinte programa:

2.ª-Feira, 13 18.00 «Pela Primeira Vez», de Octávio Cortazar. «El Nombre de Masi-nico», de Manuel Pe-rez

3.ª-Feira, 14 18.00 «Miriam Makaba», de Juan Carlos Tobio «Las Aventuras de Juan Quin-Quin», de Julio Garcia Espino-sa

4.ª-Feira, 15 18.00 «Repitição do pro-grama anterior»

21.30 «História duma Bata-lha», de Manuel Octá-vio Gomez

5.ª-Feira, 16 18.00 «Los Dias de Agua», de Manuel Octávio Gomez

6.ª-Feira, 17 18.00 «Repitição do pro-grama anterior»

21.30 «79 Primavera», de Santiago Alvarez

«La Nueva Escuela», de Jorge Fraga Segue-se um co-lóquio.

5.ª-Feira, 16 18.00 «Repitição do pro-grama anterior»

21.30 «Lucia», de Humber-to Solás

6.ª-Feira, 17 18.00 «Repitição do pro-grama anterior»

21.30 «Sobre un Primer Combate», de Octá-vio Cortazar

«Girona», de Manuel Herrera

Sábado, 18 18.00 «Repitição do pro-grama anterior»

21.30 «El Triunfo de Ma-tio, Pero Moris... Mo-rida», de Santiago Al-vares

«Memórias del Sub-desarroll»

Domingo, 19 18.00 «Repitição do pro-grama anterior»

Para os sócios da FNAT, sindicatos, C. A. T., C. R. T. e Liga para o Intercombio Cultural, Social e Científico com os Povos Socialistas, bem como para todos os jovens até aos 22 anos, o custo dos bilhetes é de 1500.

Aconselha-se vivamente esta Semana do Cinema Cu-bano que nos portá em con-tacto com o vigor do cinema

criado e produzido num país onde o povo alcançou a verdadeira liberdade, ao emancipar-se de vez do domínio do imperialismo e do capitalismo e ao tomar definitivamente nas suas mãos o seu próprio destino.

NOTAS BREVES

BENTO DE JESUS CARÇA

NENHUM homem «cabe» num breve apontamento escrito. Nenhum homem pode resumir-se biograficamente a umas tantas palavras, mais ajustadas que sejam. Nenhum homem pode, enfim, transpor-se para um texto.

Porém, quando esse homem se chama Bento de Jesus Carça, as dificuldades redobram. Sabemos logo, conhecendo esse homem muito, que as frases que fomos alinhando apenas poderão servir como uma espécie de sinal de trânsito, indicando o caminho certo. Como não pretendemos mais, deixamos essas frases e recomendamos a cada um que se descubra o resto por si. E o resto é importante, acreditem.

Bento de Jesus Carça foi um dos maiores cientistas portugueses e um homem profundamente preocupado com o seu semelhante mais que com a sua própria preocupação custou-lhe as dificuldades de toda a ordem, perseguições e des-gramas. E ainda uma morte prematura.

Entretanto, a sua acção exemplar fica como contributo valioso para o Portugal renovado que hoje vivemos. E os seus textos ajudaram a formar novas gerações, que se apreendem bem a ideia que lhes foi legada, impedirão definitivamente que os homens juntos continuem a ser sacrificados.

Bento de Jesus Carça nasceu em Vila Vicosa, em 1901, e era filho de trabalhadores rurais. Foi professor universitário, matemático, escritor e conferencista. Defendeu intransigentemente uma cultura verdadeiramente humanística e a sua luta custou-lhe o lugar de professor universitário. Foi um dos mais entusiastas impulso-riadores da Universidade Popular. Fundou a famosa colecção «Biblioteca Cos-mos» e a revista «A Gazeta da Matemática». Colaborou em publicações importantes ao tempo como «O Diabo», «O Globo» e a «Liberdade» e outras que resistiram co-mo a «Seara Nova» e o «Vértice». Deixou valiosa obra científica e outros tra-balhos como conferências, escritos, etc. Foi militante comunista e a sua morte deu lugar a uma das maiores manifestações de pesar verificadas no País.

6.ª-Feira, 17 18.00 «Repitição do pro-grama anterior»

21.30 «Sobre un Primer Combate», de Octá-vio Cortazar

«Girona», de Manuel Herrera

Sábado, 18 18.00 «Repitição do pro-grama anterior»

21.30 «El Triunfo de Ma-tio, Pero Moris... Mo-rida», de Santiago Al-vares

«Memórias del Sub-desarroll»

Domingo, 19 18.00 «Repitição do pro-grama anterior»

Para os sócios da FNAT, sindicatos, C. A. T., C. R. T. e Liga para o Intercombio Cultural, Social e Científico com os Povos Socialistas, bem como para todos os jovens até aos 22 anos, o custo dos bilhetes é de 1500.

Aconselha-se vivamente esta Semana do Cinema Cu-bano que nos portá em con-tacto com o vigor do cinema

ATIVIDADES DOS TRABALHADORES



«O verdadeiro teatro popular é o que se identifica com as posições de vanguarda das massas populares. Por vezes, surgem espetáculos de teatro que se dizem populares e que, na verdade, até atraem muito público, mas são inspirados por uma ideologia reacionária, contrária ao progresso social e à emancipação do povo trabalhador. Esses espetáculos são exemplo de teatro antipopular, na medida em que estão ao serviço da classe burguesa dominante» — foi com estas palavras que Joaquim Benite respondeu à primeira questão que lhe pusemos, a



Joaquim Benite

O ensaio

QUE É O TEATRO POPULAR?

proposito da estreia de *Murieta*, peça do grande poeta chileno Pablo Neruda que está a ser montada pelo Grupo de Teatro de Campolide.

«Nem sempre o teatro popular é um teatro que chega às grandes massas», continuou Joaquim Benite, cuja longa experiência como encenador deste Grupo, em espetáculos que têm percorrido as mais diversas regiões do País, lhe dá uma especial autoridade para equacionar o problema. «Para conseguir que o teatro popular cumpra a sua missão, isto é, atinja as grandes massas e que se bem aceite por elas... disse-nos — tem de se juntar ao sentido didáctico o sentido do divertimento, que o homem comum sempre busca quando vai a um espectáculo. Por vezes, cai-se no erro de fazer um teatro ideologicamente correcto, de intenções progressistas, mas que o povo não é capaz de compreender, ou que resulta demasiado denso, quando não mesmo macador para espectadores de débil formação cultural. A dificuldade está em encontrar uma linha teatral que

coloca problemas e ao mesmo tempo constitua um divertimento para os espectadores».

UM EXERCÍCIO INTELIGENTE

PARA O GRUPO de Teatro de Campolide, um dos raros exemplos de teatro de resistência antifascista, que conseguiu desenvolver uma vasta acção em todo o País, em plena fascismo, Joaquim Benite já encenou várias peças, contando para isso com o espírito de equipa e a dedicação dos membros do Grupo, unicamente contido por amadores. Entre outros, lembramos *O Vencedor*, *Centro*, *Morreu o Amante*, *D. Quichote*, *Filopopulus*. Segue-se agora *Murieta*, primeira peça montada pelo Grupo após o 25 de Abril. Sobre a linha a que obedecem as suas encenações, disse-nos Joaquim Benite:

«Defendo um teatro em que o espectador se encontre perante o palco sem qualquer ilusão. O palco deve funcionar como uma tribuna onde passamos os problemas do especta-

Responde Joaquim Benite

dor, e este deve ter uma consciência crítica em relação ao espectáculo. Por um lado, o espectador em nenhum momento deve esquecer que se encontra perante um jogo cénico, perante personagens ou símbolos, mas por outro lado é necessário que no palco se façam alusões à realidade que o espectador conhece obrigando-o (ao espectador) a tomar partido constantemente. Não se pode reduzir o teatro à mera propaganda, antes se deve provocar no espectador um exercício de inteligência, que o leve a pensar no que viu e ouviu quando depois vai para casa. Em certo sentido, poderia dizer que o teatro começa quando a peça acaba».

SENTIDO DAS RESPONSABILIDADES

Outro ponto abordado neste

nosso encontro com Joaquim Benite, foi, como não podia deixar de ser, o dos ensinamentos que tem colhido das digressões do Grupo de Teatro de Campolide.

«O teatro popular é entendido diferentemente consoante se trata de um público urbano ou de um público rural» — disse-nos. «O público urbano, pelo seu trabalho e pela influência de certos factores, como por exemplo o cinema, adere mais facilmente a um teatro moderno de intervenção. O operário de uma fábrica faz coisas mais abstractas, que o transcendem (por exemplo; uma peça de uma máquina que só tem utilidade depois de toda a máquina construída), do que o operário agrícola, que lida sempre com coisas concretas e não é estimulado a fazer raciocínios abstractos. A linguagem teatral para os meios urbanos e para os meios rurais tem, pois, de ser diferente. Enquanto, por exemplo, a palavra *estrela* terá um significado poético para um público urbano, no caso de o público ser rural, já tem um significado concreto».

Assim, na opinião de Joaquim Benite, «Gorki é mais acessível nos meios rurais do que Brecht. No campo, é mais difícil conseguir que o teatro cumpra a tal função de despertar a consciência crítica do espectador», afirmou-nos. E a este respeito citou uma experiência brasileira (de Augusto Boal), que também está agora a ser ensaiada entre nós, na região de Evora, sob a direcção de Mário Barradas: «Trata-se de construir peças de teatro a partir dos problemas locais. Só a partir do conhecimento da realidade local e até das características culturais e ideológicas dominantes na região se poderá encontrar a linguagem teatral adequada, capaz de exercer uma função de vanguarda com vista a uma tomada de consciência colectiva».

No entanto, Benite notou, a propósito, que, em meios rurais aparentemente idênticos, uma peça como o *D. Quichote* pode ser recebida com grande entusiasmo (por exemplo, em Grândolo, perante milhares de pessoas), ora friamente.

DEPOIS DO 25 DE ABRIL

Em relação ao teatro que se está a praticar em Portugal depois do 25 de Abril, afirmou-nos: «O teatro português, sobretudo o profissional, ainda não aproveitou com o 25 de Abril. As estruturas mantêm-se intactas, biparte uma ou outra excepção. E também, salvo raras excepções, há muito pouco oportunista dos que estiveram com o regime depois e agora buscam precipitadamente cair nas graças do novo poder político. Esta situação cria um terreno favorável à demagogia. Dir-se-ia que o teatro português é sempre mau; com censura ou sem censura (refiro-me ao panorama dominante no teatro profissional e também à própria produção dramática dos nossos escritores).

«Um dos perigos desta vaga demagógica — continuou — é o pensar-se que o teatro pode fazer a revolução. Ora na arte há sempre uma zona que não permite que cheguemos ao extremismo de transformar um espectáculo num comício. O aspecto estético não se pode eliminar, pois é a própria condição da eficácia da comunicação teatral».

A PEÇA DE NERUDA

Sobre a questão de saber como surgiu a ideia de montar a peça de Pablo Neruda, Joaquim Benite respondeu-nos: «Tentámos fazer um espectáculo sobre o 25 de Abril, mas o pouco tempo decorrido desde essa data tornava impossível uma perspectiva histórica. Quanto lámos a meios fomos ultrapassados pelo 28 de Setembro, e a situação política entretanto não deixou de apresentar significativas variantes dia a dia. Por isso, acabámos por desistir desse projecto e optar por uma peça que já tínhamos escolhido antes e era cortada pela censura fascista. É uma peça que corresponde exactamente aos nossos desejos pois tem uma estrutura de um tempo didáctica e lúcida (isto é, do tal aspecto de divertimento está nela presente). O assunto decorre em torno da figura de um bandido popular, símbolo da resistência dos emigrantes chilenos da Califórnia face à violência do imperialismo norte-americano. Pablo Neruda aproveitou o mito desse bandido popular para falar da luta dos povos lati-

no-americanos contra o domínio imperialista dos Estados Unidos. O texto é muito claro, não obstante a linguagem poética de Neruda, que a encenação procura clarificar o mais possível através da acção dos actores. A peça tem um sentido importante: acaba com um grito de esperança dos que lutam em defesa dos trabalhadores explorados e espoliados. Quero referir o aspecto musical, a que se deu muita importância: integradas na peça há canções do brasileiro Teófilo Gonçalves, facilmente assimiláveis, que são interpretadas com apoio num conjunto instrumental organizado e dirigido por Carlos Paredes. Os cenários e figurinos são de João Vieira».

E com estes esclarecimentos terminou o nosso encontro com Benite. Resta chamar a atenção para o enorme êxito obtido por esta peça no Festival de Evora (onde foi apresentada com apoio num conjunto instrumental organizado e dirigido por Carlos Paredes). Os cenários e figurinos são de João Vieira».

VIDA CULTURAL NA HOECHST

Os trabalhadores mais conscientes sabem que a nova sociedade se constrói com uma radical modificação das estruturas económicas, mas também com o enriquecimento cultural de todos os trabalhadores. Assim pensam, por exemplo, os que trabalham na Hoechst Portuguesa, que decidiram já iniciar as suas actividades culturais, escrevendo, ensaiando e representando na sua fábrica o auto «Processo de Natal» — uma crítica feroz à burguesia.

Aproveitando a circunstância da primeira representação do auto, convidamos o escritor e crítico da TV, Mário Castrim, para conversar depois do espectáculo sobre livros e jornais e questões que se prendem com a palavra escrita.

É Mário Castrim, numa linguagem directa e atrativa, falou da censura que durante anos influiu os seus textos e os dos seus colaboradores jornalistas; das dificuldades desesperantes que sofriram os jornalistas para «emendarem» os textos



ensaiados, de modo a mesmo assim transmitir um pouco daquilo que pretendiam revelar aos leitores; da luta corajosa dos que imprimiram e divulgaram jornais clandestinos — e citou o «Avante!», dos que resistiram através da palavra, publicando livros que depois eram apreendidos; duas vitórias que fez com outros camaradas às cadeias políticas, descrevendo os locais humilhantes onde eram encarcerados e torturados os melhores portugueses; e, por fim, exortou todos a que dessem o seu contributo

«para construirmos conjuntamente uma nova vida, só possível depois do 25 de Abril».

Então, os trabalhadores da Hoechst Portuguesa iniciaram com uma peça de teatro e uma palestra o seu processo interno de dinamização cultural, tal como já sucedeu noutras empresas. Desejamos que esta preocupação se propague a todos os locais de trabalho, de modo a contribuir-se para que o Povo Português se liberte finalmente do obscurantismo a que foi votado durante tantos anos.

abranço
SEMANÁRIO DA INTERSINDICAL
Director interno: AVELINO GONCALVES
Chefe de redacção: A. PEREIRA DA SILVA
Redactor do Porto: OÃO OGANDO
Administração: MANUELA QUEIROS

12 páginas
Publica-se à segunda-feira
Número 400 — 250
1.º ano, 11000
6 meses, 6500
Redacção e Administração:
Rua de S. Carlos, 133
Lisboa 2
Telf.: 325549/325567

Distribuição no Norte
por venda ao público:
DISTRIBUIDORA O SECULO
Composição, Impresão e grafia:
Renascença Gráfica
Lisboa